

Os grupos étnicos implicam um fardo ou um enriquecimento para a Europa? Por E. Sylvester Vizi

Recentemente, a iniciativa do Conselho Nacional de Székely (Székely Nemzeti Tanács) apelando à UE para financiar diretamente as chamadas regiões nacionais na Europa, atingiu a meta de 1 milhão de assinaturas, mas o limite necessário, até agora, foi cumprido apenas em 3 países. Para atingir a meta com sucesso, é necessário que seja alcançado em mais 4 países até 7 de novembro de 2020.

A Iniciativa de Cidadania Europeia é uma forma única de ajudarmos a moldar a UE, apelando à Comissão Europeia para que proponha novas leis. Assim que uma iniciativa atingir 1 milhão de assinaturas e, ao mesmo tempo, atingir o limite necessário em 7 países da UE, a Comissão decidirá que medidas tomar a este respeito.

Esta iniciativa específica está relacionada com as alegações das regiões nacionais de que “a política de coesão da UE deve prestar especial atenção às regiões com características nacionais, étnicas, culturais, religiosas ou linguísticas diferentes das regiões circundantes”. Delineando o seu principal objetivo, afirma que “para tais regiões, incluindo áreas geográficas sem competências administrativas, a prevenção do atraso económico, a sustentação do desenvolvimento e a preservação das condições de coesão económica, social e territorial devem ser feitas de forma que garante que suas características permaneçam inalteradas. Para tal, essas regiões devem ter oportunidades iguais de acesso a vários fundos da UE, e deve ser garantida a preservação das suas características e o seu desenvolvimento económico

adequado, de modo a que o desenvolvimento da UE possa ser sustentado e a sua diversidade cultural mantida. ”

Já existem diferentes modelos de autonomia na União Europeia que também podem servir de modelo para outros países. Isso inclui o modelo da comunidade alemã no leste da Bélgica ou os antigos tirolezes austríacos-alemães na província autónoma de Bolzano-Tirol do Sul. No século XXI, para além da garantia dos direitos pessoais, o direito à autonomia cultural e territorial contribuirá também para a construção de uma Europa estável e segura.

Em 2004, em uma conferência em Bucareste, disse que a autonomia cultural e / ou territorial de uma minoria nacional também pode ser vantajosa para toda a sociedade em que existe.

O meu pensamento – ainda válido hoje – era o seguinte: a experiência mostra que aquelas regiões que gozam de autonomia experimentam um crescimento económico e uma retomada da vida cultural e científica. Nesse sentido, a autonomia cultural e territorial planeada para Székely poderia ser benéfica tanto para a minoria húngara que vive lá como para a maioria romena.

Como também afirma a decisão do Conselho da Europa, os esforços para alcançar essa autonomia são úteis tanto para as minorias como para a maioria da sociedade, e podem também servir de exemplo para todos os Estados democráticos da Europa.

Os grupos étnicos protegidos não são um fardo, mas um enriquecimento para a Europa.

Espero que esta noção obtenha um apoio mais amplo na Europa e, assim, a iniciativa do Conselho Nacional de Székely se torne uma questão europeia abrangente, e não apenas um sonho húngaro não realizado na bacia dos Cárpatos. Para tornar esse sonho realidade, vá a signiteurope.com e apoie a iniciativa assinando-o!

Sylvester Vizi é o ex-presidente da Academia de Ciências Húngara (MTA) e presidente do Conselho de Curadores da Fundação Amigos da Hungria, editora do Hungary Today. Ele é um pesquisador reconhecido internacionalmente em farmacologia e neurociência. Ele é autor e co-autor de mais de 450 artigos científicos e vários livros.

Fonte: Hungary Today